

**EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA COM JUSTIÇA SOCIAL E GARANTIA DO DIREITO
À EDUCAÇÃO**

EDUCATION IN THE AMAZON WITH SOCIAL JUSTICE AND GUARANTEE OF THE
RIGHT TO EDUCATION

EDUCACIÓN EN LA AMAZONIA CON JUSTICIA SOCIAL Y GARANTÍA DEL
DERECHO A LA EDUCACIÓN

Lúcia Isabel da Conceição Silva¹ 0000-0001-8871-5913

¹ Universidade Federal do Pará – Belém, Pará, Brasil; luciaisabel@ufpa.br

RESUMO:

Conferência de abertura da 4ª Reunião Regional Norte da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), proferida no dia 09 de novembro de 2022, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), na cidade de Macapá, estado do Amapá.

Palavras-chave: educação na Amazônia; justiça social; direito à educação.

ABSTRACT:

Opening conference of the 4th North Regional Meeting of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd), held on November 9, 2022, at the Federal University of Amapá (UNIFAP), in the city of Macapá, state of Amapá.

Keywords: education in the Amazon; social justice; right to education.

RESUMEN:

Conferencia de apertura del 4º Encuentro Regional Norte de la Asociación Nacional de Posgrado e Investigación en Educación (ANPEd), realizado el 9 de noviembre de 2022, en la Universidad Federal de Amapá (UNIFAP), en la ciudad de Macapá, estado de Amapá.

Palabras clave: educación en la Amazonía; justicia social; derecho a la educación.

Introdução

Minhas caras e meus caros estudantes da Região Norte, caras e caros colegas que fazem a pós-graduação em Educação na Amazônia. Boa noite a todas as pessoas interessadas no debate sobre educação que estão presentes neste auditório.

Quero dizer da minha enorme alegria em ser indicada para esta conferência de abertura da quarta reunião científica ANPEd Norte.

Dizer também que sei que isso não se deve a mim, individualmente, mas ao fato de fazer parte do PPGED/UFPA, um programa com reconhecida importância na formação pós-graduada e na produção de conhecimentos na Amazônia o qual tenho a honra de integrar, hoje

como coordenadora, dentro de uma também grande e importante universidade da região – a Universidade Federal do Pará.

É uma honra representar e falar em nome do PPGED/UFPA neste evento. Muito obrigada pela oportunidade e espero atender às expectativas desta indicação.

Penso que o tema desta conferência, mais do que oportuno, é extremamente necessário! Sobretudo neste que, conforme recentemente denunciado na Declaração Pan Amazônica de Belém – documento final do décimo Fórum social panamazônico – “Amazônia está no seu pior momento, devastada por governos para os quais a natureza é uma mercadoria e os direitos dos povos não têm validade” (X FOSPA, 2022).

É necessário pautar a Amazônia. É necessário discutir justiça social para esta região, assim como é fundamental discutir o lugar da educação – como direito - na construção desta justiça social.

Pela importância do tema, proferir esta conferência me deixa também muito desafiada!

Organização das ideias da conferência

Vou organizar minhas ideias a partir dos seguintes pontos.

Primeiro, quero começar refletindo sobre porque faz sentido discutir direito à educação na Amazonia e refletir sobre as singularidades desta região que tornam este debate tão premente.

Proponho responder a esta questão trazendo alguns elementos importantes para compreender a Região: porque precisamos pensar a Amazônia? De que região falamos? O que conhecemos e como conhecemos ou pensamos a Amazônia? E quais questões são indispensáveis neste debate?

Na sequência, quero argumentar que a forma como o Brasil, o mundo e até nós, Amazônidas, pensamos a Amazônia tem impactos na situação atual desta região. Alguns indicadores sociais e dados da Amazônia mostram isso; importante pensá-los!!!

Vou concluir pensando os grandes desafios da Amazônia no que diz respeito à garantia do direito à educação como tarefa ligada à garantia do direito à vida, pensando que esta é a tarefa que nos cabe a todos e todas que fazemos, pesquisamos, discutimos e defendemos a educação pública nas Amazônias.

Afirmo, como ponto de partida então a premência de pensar uma educação nas Amazônias que consiga refletir as grandes e graves questões sociais e geopolíticas desta

região. A premência de um pensamento comprometido com a vida de todos os sujeitos e sujeitas desta região, que reflita os problemas da população e consiga se comprometer com a melhoria das condições de vida dos povos da Amazônia.

Espero que esse roteiro cumpra a expectativa da organização do evento ao propor o tema e nos convidar a desenvolvê-lo!

Vamos lá, então!!!

Como primeira questão pra começar esta conversa, quero refletir acerca do sentido (porque faz sentido), ou porque é necessário, falar, de forma específica, do direito à educação na Amazônia?

Penso que alguns episódios recentes vividos nesta região podem ajudar a responder esta pergunta. Eis uma lista.

24 de maio de 2017 – 10 trabalhadores/as rurais são assassinados em uma chacina na fazenda Santa Lúcia, localizada no município de Pau D'arco, no sudeste do Pará. As mortes teriam ocorrido durante o cumprimento de 14 mandados de prisão contra suspeitos de envolvimento no assassinato de um segurança da fazenda. Os sobreviventes afirmam que os policiais chegaram atirando os laudos da perícia afirmam que não houve confronto. Os policiais não foram feridos. Depois de quatro anos, a principal testemunha foi assassinada. O inquérito já foi encerrado com 16 policiais denunciados, mas nenhum mandante identificado.

23 de julho de 2019 – o líder indígena Emyra Waiãpi, de 62 anos foi assassinado próximo à sua aldeia que fica a uns 300 km da cidade de Macapá. Os indígenas Waiãpi dizem que existem invasores portando armas de grosso calibre nas imediações da aldeia o que os obriga a se deslocarem para outras aldeias próximas. O corpo de Emyra tinha perfurações e cortes na região pélvica. Segundo jornais da época, diversos parlamentares do Amapá denunciaram o caso e a FUNAI e o MPF tratam o caso com cautela. O Laudo pericial, pasmem, concluiu que foi afogamento.

25 de fevereiro de 2021: Povo Tembé diz que morte de jovem indígena no Pará foi execução e que Polícia 'encobriu' provas.

19 de maio de 2019: Chacina em bar deixa 11 mortos em Belém, vários jornais locais e nacionais noticiam o caso.

05 de junho de 2022: O indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips foram mortos à queima-roupa e seus corpos esquartejados, incendiados e enterrados em uma área próxima a um igarapé, quase no limite da Terra Indígena Vale do Javari, em Atalaia do Norte, no Amazonas. O caso gerou grande visibilidade nacional e internacional.

27 de setembro de 2022: A casa de uma liderança indígena do povo Macuxi, na comunidade Mutum, foi incendiada por grupos garimpeiros. O episódio aconteceu na Terra Indígena Raposa Serra Sol, em Uiramutã, ao Norte de Roraima. Os indígenas suspeitam que o ato tenha sido criminoso em razão das atividades de vigilância e monitoramento que fazem na região tentando impedir a entrada de garimpeiros.

26 de maio de 2021: A casa da liderança indígena Leusa Munduruku, foi incendiada por garimpeiros. A residência atacada está localizada na aldeia Fazenda Tapajós, no município de Jacareacanga, região sudoeste do estado do Pará. Esta região é marcada por muitos conflitos entre garimpeiros e indígenas. O Ministério Público Federal começou a investigar o caso. A liderança precisou ser retirada de helicóptero sob proteção de outras lideranças dos movimentos sociais da região.

São muitos casos. Eu imagino que cada um e cada uma de vocês deve ter lembrado mais vários outros episódios que aumentariam em muito esta relação.

Sobre o ataque à residência de Leusa, lideranças Munduruku enviaram uma carta ao STF. Vejam o que diz um trecho desta carta:

Povo Munduruku pede responsabilidade das forças de segurança do Estado para proteger o povo, lideranças e caciques que são contrários a invasão garimpeira na região.

Essa manhã manifestações a favor do garimpo, incentivada pela prefeitura do município de Jacareacanga, tiveram como alvo o contingente da força nacional e polícia federal que estão na região. Tentaram queimar os equipamentos e foram respondidos com bombas de gás. Não conseguindo atingir os policiais os garimpeiros e seus grupos de indígenas cooptados, foram atacar as casas de nossas lideranças.

É inaceitável que mesmo com a presença da Força Nacional na região a aldeia de uma das nossas principais lideranças tenha sido invadida por homens armados, portando galões de gasolina que incentivam o ódio contra todos nós.

Tememos pela vida daqueles que lutam sem cansar para defender a vida do povo Munduruku e o futuro de todos nesse planeta.

Por defender o rio limpo e a floresta em pé estamos sendo vítimas da política de morte desse Governo, que nos deixa à mercê de garimpeiros armados dentro do nosso próprio território.

O nosso povo só quer VIVER EM PAZ e TER NOSSOS DIREITOS RESPEITADOS. Não somos nós que pedimos violência. Pedimos apenas a proteção das nossas terras e vidas indígenas pelo Estado, como manda a Constituição Federal. Clamamos por socorro.

O apelo do povo Munduruku é o apelo de toda uma Amazônia que sangra, que arde, que tomba e que resiste!

Paulo Fonteles; Maria do Espírito Santo; Irmã Doroty; Emyra Waiãpi; Vitorino e Márcio Kaiowá; Bruno Pereira e Chico Mendes. A lista de nomes é enorme para os limites desta conferência.

Isso mostra que é passada a hora de pensarmos sobre o que todas essas pessoas e esses episódios têm a ver com o direito à educação nas Amazônias.

Que região é esta e o que explica todos estes episódios?

Quais deveres isso nos impõe para o pensar e o fazer da educação nestas bandas de cá?

Penso que essas são perguntas que devem nos incomodar todos os dias. E devem nos forçar a pensar o que sabemos ou como compreendemos esta região.

Nossa primeira tarefa é compreender esse território, que mesmo nós conhecemos pouco. Olhamos a Amazônia com olhar curioso, muitas vezes de estranhamento, nos espantando, ainda presos aos mitos, aqui entendido como mentiras intencionais e com sentido de distorcer a realidade, que aprendemos sobre a região e que temos dificuldades em nos livrar deles.

Sim, falamos de uma região nascida de mitos (Comisión Amazonica de Desarrollo y Medio Ambiente, 1994). Mitos que criaram imagens diversas e equivocadas que alimentamos até hoje.

Que imagens da Amazonia povoam nosso imaginário? De Região periférica, atrasada, primitiva? De vazio demográfico? De fonte inesgotável de recursos? De grande e última reserva ecológica do planeta? De região de conflitos e de pobreza?

Essas, são todas imagens que nos foram impostas, porque periferizada, à região não foi permitido falar e construir suas próprias imagens. O mundo fala por nós, o Sul e o Sudeste, regiões ricas e desenvolvidas do Brasil, falam por nós, nos lançam seus olhares de colonialismo interno, como região para a qual precisam trazer o “seu desenvolvimento” e a sua civilização.

Por isso é muito importante atentar para as armadilhas que se escondem no falso consenso sobre o que é a Amazônia. Uma região, repito, nascida de mito, que se expressa desde o nome dado pelo conquistador europeu, fruto do desejo de conquista. E, sobre a qual, que junto com o nome, impõe seu verdadeiro processo de saque, aniquilação e violências, que duram até hoje, ainda que se transmutem em diferentes épocas e conjunturas.

Não, não se trata de uma região homogênea, por isso faz sentido nos referirmos às Amazônias. Também aqui não tem vazio!

É preciso ficarmos atentos também porque essas visões, impostas de fora, constroem, forjam e sustentam os tais projetos de integração, pautam modelos de desenvolvimento, todos suportados pela lógica da segurança nacional e da exploração dos recursos, projetos excludentes, que exploram à exaustão a natureza e deixam os custos sociais e ambientais para nós.

Sabemos que projetos de desenvolvimento não são uma novidade no Brasil, mas a singularidade é que, nesta, como em nenhuma outra parte do país, a pauta da segurança

nacional e da exploração exaustiva de matéria-prima, sempre é a lógica que os fundamenta, dá o tom dos referidos projetos, justamente pelo predomínio da ideia de fronteira remota e de vazio demográfico.

Quando o Brasil pensa Amazonia, não vê gente, não vê cultura, não vê conhecimento

E nesta perspectiva, deixam seus rastros de violências, que explicam todos os episódios com os quais abri esta fala.

Como grande alvo, as denominadas “áreas sob pressão na Amazônia” (RAISG, 2021): estradas, exploração madeireira, petróleo e gás, hidrelétricas, mineração, garimpos e desmatamento, porque para o capital interessa a terra nua para a agropecuária.

Os números desta pressão mostram, por exemplo, quase 3 milhões de Km de estradas cortando ilegalmente terras indígenas ou áreas protegidas, acelerando o desmatamento. São identificados 513.016 km² de floresta nativa desmatada, quase 4472 áreas de garimpo ilegal, mais de 58 mil áreas de extrativismo mineral; cerca de 833 hidrelétricas em operação ou planejadas e mais de 1 milhão e 400 mil KM² de áreas de agropecuária que representam 84% do desmatamento na Amazônia.

São áreas fortemente impactadas e sobre as quais se “passa a boiada”, com os ataques aos direitos e políticas de desmonte dos órgãos de controle, ignorando absolutamente as garantias constitucionais de proteção da diversidade como, por exemplo, o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas, hoje severamente ameaçados e sobre os quais as atividades ilegais ocorrem impunes.

E o pior, os estudos mostram que as principais ameaças e ataques se dão em forma de projetos e programas, que, em geral, são propostos ou apoiados pelo Estado. O Estado é então, um grande violador dos direitos da Amazônia.

Estes processos provocam uma verdadeira ruptura metabólica na região. Isso porque a Amazonia é produção cultural – o que temos de Amazonia hoje, é um produto cultural de mais de 17 mil anos de construção; é muito mais que os 500 anos de invasão colonial. São mais de 17 mil anos de construção de relações, de convivência de centenas de povos com os rios, com a floresta, com as várzeas; são inúmeros e milenares modelos de produção, de conhecimentos ancestrais, de relações e de organização social; práticas que produziram essa

socio biodiversidade e que é fundamental para a sobrevivência desses grupos. Esse é o verdadeiro patrimônio a ser defendido na Amazonia (PORTO-GONÇALVES, 2018).

Esses mitos e imagens e os ataques que eles ajudam a justificar, mostram como não superamos a mentalidade colonial, tal como descrita pelo historiador português Oscar Leal, no século XVIII - no livro “Viagem a um país de selvagens”, para quem Brasil é um país mal povoado, de território vasto, mas de população selvagem, pouco conhecido e com muitas riquezas naturais e explorar. (LEAL, 2012).

É essa visão que justifica e autoriza o saque, a dominação da natureza, vista como que existindo a serviço do homem, que no caso, além de excluir as mulheres, se refere ao homem branco, europeu, do norte global ou ainda, das regiões mais desenvolvidas do Brasil.

Como sabemos, espriar o mito do vazio, serve ao propósito explorador. Sem gente, resta a natureza com sua inesgotável fonte de recursos disponíveis à exploração, disponíveis aos “de fora”, disponíveis à sanha da acumulação do capital e do desenvolvimento de suas forças produtivas. À disposição da geopolítica que o sistema mundo capitalista moderno-colonial impõe aos territórios coloniais e a seus povos, historicamente classificados como inferiores, destinados à zona do não-ser, como nos mostra Franz Fanon (2008).

Por isso, é preciso desconstruir/enfrentar o colonialismo e a colonialidade do poder e do saber que se mantém estruturando as disputas do capital transnacional nas Amazôniaas.

O sistema capitalista, como o sistema econômico dessa civilização da conquista, é ao mesmo tempo, como refere Grosfoguel (2008): genocida; racista; ecológida; separa o humano da natureza e que destrói esta, sob o discurso de beneficiar a humanidade, mas que, intencionalmente, acaba por destruir ambas.

É feminicida, porque se organiza a partir da lógica sexista e heterossexual ocidental, patriarcal e opressora das mulheres, sobretudo as mulheres negras.

É um projeto civilizatório de morte, que deixa rastro de pobreza, destruição e morte sobre as populações, revelando a face crua do racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira, que se alimenta da negação das culturas e ancestralidades indígenas e africanas e que por isso, é cúmplice e conivente com a destruição da Amazônia, ao mesmo tempo em que defende os interesses de atores e redes transnacionais para garantir a acumulação, reprodução do capital e abastecimento do mercado mundial à custa da violência às populações resistem para defender sua cultura, identidade e a reprodução de seus modos de vida e seus saberes milenares, como bem denunciado na carta do povo Munduruku.

Os indicadores educacionais da região seguem o mesmo padrão de negação e exclusão, com a Amazonia apresentando as mais baixas taxas de acesso em todos os níveis, além das altas taxas de distorção idade-série e igualmente altas taxas de evasão escolar.

Completando este cenário de desigualdades regionais no acesso à educação, tem-se uma Educação de Jovens e Adultos que acolhe apenas cerca de um terço daqueles e daquelas que abandonam a educação básica regular e na mesma direção, a igual refração da oferta da educação do Campo, com fechamento de escolas proporcional ao avanço do agronegócio. Este processo já fechou, só no estado do Pará quase 300 escolas do campo nos últimos anos.

Vários estudos já indicam que os dois últimos anos de pandemia acirraram ainda mais esses processos de exclusão.

Cabe enfatizar que os grupos da diversidade amazônica (quilombolas, ribeirinhos, indígenas, camponeses e demais populações rurais e populações urbanas periféricas, que sofrem os impactos dos processos de exploração e industrialização forçada da floresta são, obviamente os mesmos que se veem excluídos do direito à educação.

A despeito de a Constituição Federal de 1988 assumir a necessidade de combater as desigualdades regionais no acesso à educação, pode-se afirmar que as políticas de acesso ainda não tem sido efetivas nesta garantia.

Os dados nos impõem então, a necessidade de reivindicar o acesso à educação para as populações amazônidas, reconhecendo seu papel para a garantia de outros direitos e ainda, como base para a democracia e para a justiça social.

Diante disso, a defesa de políticas estruturais é fundamental. Mais recursos, porque sem eles não se amplia oferta e, neste sentido, a revogação da emenda do teto dos gastos é imperiosa. Precisa garantir a gestão democrática efetiva, como critério de participação e inclusão da diversidade.

Defender a regulamentação do novo Fundeb, de um custo aluno-qualidade-Amazônia, de estratégias para enfrentar a privatização e a mercantilização. Esses são desafios que se colocam para nós.

É preciso também construir estratégias para enfrentar os retrocessos destes dois anos de pandemia e ainda, precisamos defender a alocação de recursos específicos para os grupos da diversidade: quilombolas, indígenas, ribeirinhas, populações do campo, juventudes urbanas negras e periféricas. Todas estas reivindicações constantes da Carta Compromisso, eleições 2022, da Campanha Nacional pelo direito à Educação (CNDE, 2022)

A Manutenção das cotas para ingresso no ensino superior e a defesa intransigente da universidade pública também complementam essa lista.

Acrescem-se a estas estratégias de acesso, os históricos desafios da qualidade e da disputa curricular.

Qual educação se faz necessária nas Amazônias?

Uma questão essencial é que não é possível pensar educação na Amazônia, sem compreender as grandes questões que atravessam a região e que impactam seu destino.

Essa assertiva traz para a cena a necessidade de uma agenda que parta da valorização da sociobiodiversidade, que passe pelo compromisso com o enfrentamento da emergência climática, pelo fim do desmatamento ilegal, pelo combate à exploração ilegal e violenta dos minérios, pela proteção dos territórios enfim.

Significa reconhecer também que o conhecimento em educação e o fazer educacional não se podem fazer negando a história, mas ao contrário, precisam ser enraizados na história.

Dizer da necessidade de construir uma educação que pense a Amazonia do ponto de vista dos diferentes grupos. Uma educação na qual as grandes questões ganhem status e centralidade, que a questão indígena ganhe status e centralidade na universidade; da mesma forma que a questão quilombola, o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, dentre outras opressões.

São questões que precisam se fortalecer como um campo teórico e como prática política.

Estamos, aliás, falando de um projeto político-epistemológico outro: que entenda que a vida depende das condições materiais de vida, que construa um pensamento comprometido com a vida das populações.

Que parta de critérios outros de ciência, de boas práticas de educação.

Até hoje quase todas as nossas referências são eurocêntricas: de teorias, de categorias de análise, de práticas pedagógicas, de rigor científico, as referências bibliográficas das nossas disciplinas, as nossas bibliotecas, enfim. Todas são eurocêntricas, portanto, são coloniais e colonizadoras.

Um dos impactos importantes das cotas e da diversificação do público nas universidades, foi provocar essa mudança. Foi obrigar as universidades a se mexerem diante

das novas demandas trazidas pelos novos sujeitos. Mas esse é um processo que apenas está no início do caminho.

Dialogar com as experiências de mundo desses sujeitos, ainda sabemos muito pouco disso, ainda nos dispomos pouco a fazer isso!

Esses confrontos são necessários para derrubar os mitos de que já falamos: o mito da homogeneidade, porque a heterogeneidade é fundamental para pensar cada território, as territorialidades e as realidades amazônicas; o mito do vazio, porque nossa história de existência humana é milenar e diversa e nisso reside nossa riqueza. Não somos pobres, portanto, outro mito a ser derrubado. A verdade é que temos uma riqueza que não interessa ao capital.

E ainda, o mito de que os povos amazônidas impedem o desenvolvimento. Não, ao contrário, os conhecimentos e as práticas técnico-culturais dos povos da Amazônia, possuem uma chave para pensar o presente e o futuro sob outra lógica, diferente da lógica predatória do capital, que precisamos admitir, dá sinais de exaustão, mostra que não nos serve. Outra lógica que, como nos ensina Porto-Gonçalves (2018, p. 16)

A Amazônia não se salvará, como se acostuma dizer, partindo dos mesmos princípios epistêmicos-políticos que devastaram todo o planeta. A Amazônia não é só a floresta e a água, é também a cultura dos povos que aí vivem e que detém um enorme patrimônio de conhecimentos da floresta, dos rios e outros valores que, neste momento de caos sistêmico e de crise... nos oferecem como alternativa ao conjunto da sociedade.

Centenas de organizações e movimentos nos oferecem alternativas e mostram que aqui tem resistência!

Há séculos as populações ancestrais da Amazônia resistem e lutam pra defender seus territórios e suas vidas ante à invasão moderno-colonial, capitalista e seus brutais processos de dominação e exploração que são ao um só tempo racistas, genocidas, ecologicistas e sexistas, como já mencionado.

Precisamos de uma educação que tome para si essa tarefa; só essa é uma educação que pode contribuir para a defesa da Amazônia. Só essa é uma educação que interessa à Amazônia.

Já fiz referência à importância da educação para garantir outros direitos. Na Amazonia, esta defesa é mais que necessária – é crucial!

Mas precisa ser uma educação que ajude a compreender os problemas e potencialidades da região: compreender que comida é direito, não é mercadoria; que ajude a enxergar a relação entre as grandes corporações alimentares e a fome, que ensine que comer é

ato político e que é inconcebível tanta gente passar fome numa região que produz tanto alimento.

Que compreenda que aqui tem conhecimento e tecnologia ancestral e que enfrente o desperdício desses saberes, que os valorize.

Essas são lições que vêm da agroecologia, da agricultura familiar, da economia solidária, dos assentamentos do MST, que durante a pandemia alimentaram tantas famílias, enquanto o agronegócio não hesitou em derramar milhares de litros de leite no asfalto, em protesto porque o preço caiu. A escola precisa aprender essas lições e aprender a disseminá-las.

São lições que vêm dos povos que protegem a biodiversidade, que defendem os bens comuns, que se relacionam de forma harmoniosa com a natureza e não e contra a natureza. São os saberes da agroecologia que nos ensinam que a qualidade dos alimentos está relacionada à proximidade da produção, de acordo com a época de cada produto, e que é possível botar comida saudável e barata na mesa, que a riqueza precisa circular entre aqueles que produzem o alimento.

Que aprenda a ouvir o grito que vem dos povos da Amazônia! Amazônia é resistência, produz resistência – isso é chave para pensar o lugar da educação.

Ou construímos uma educação que efetivamente se ocupe e contribua para que estas questões, que são cruciais para os povos da Amazônia sejam enfrentadas, ou continuaremos a fazer da educação um instrumento a serviço do projeto de poder que aqui se instalou e se desenvolve.

Esse é um chamado ao nosso compromisso com a educação nas Amazônias!!!

Felizmente, realizamos este evento num tempo em que a esperança ressoa de novo. Depois de quatro anos em que cantamos quase em uníssono que “apesar de você amanhã há de ser outro dia” (Chico Buarque), este outro dia chegou. O dia em que derrotamos nas urnas um governo fascista que durante quatro longos e terríveis anos lutamos para derrotar nas ruas.

Esse dia finalmente chegou e com ele, uma esperança enorme de uma retomada política, social e econômica profundamente comprometida com a superação da miséria, das desigualdades que tanto se acirraram nos últimos anos no Brasil e na Amazônia, comprometida com a vida – tão ameaçada e dos direitos, tão atacados.

Mas é preciso pensar qual retomada

Para a Amazonia, principalmente, sabemos esta retomada não pode permanecer atrelada ao atual padrão de produção e consumo que é responsável pela crise alimentar, ambiental, social e sanitária e pelo ataque à democracia que atravessamos.

A Retomada deve reconhecer, então, a dimensão pluriversa da sociedade brasileira e amazônica. Deve reverter os retrocessos e desmontes, assegurar os direitos das mulheres, de negros e negras, das crianças, populações indígenas e quilombolas, população LGBTQIQ+ e pessoas com deficiência.

É urgente reverter os desmontes e retrocessos no campo dos direitos desses grupos.

Retomar a importância da educação e de como ela se torna depositária das expectativas de transformação. Aqui quero retomar o exemplo da Maria Leusa, a mesma liderança Munduruku que teve sua casa incendiada a que me referi no começo desta fala: Maria Leusa viu na educação uma ferramenta para ampliar e fortalecer sua luta e de seu povo.

Ela acaba de ser aprovada no curso de direito na Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. Ela e os milhares de sujeitos da Amazonia que reivindicam o direito à educação, são exemplos da aposta que eles fazem no poder da educação para mudar vidas e transformar realidades coletivas de opressão e violências.

A aposta da Leusa ecoa o mesmo canto de esperança dos povos da Amazônia no FOSPA – Fórum Social Panamazônico, uma grande articulação dos povos dos vários países amazônicos. Diz um trecho da Carta Belém em defesa dos povos da floresta, de junho 2022, com o qual quero encerrar esta fala (FOSPA, 2022).

Apesar dos gritos de morte, insistimos em bater os tambores da esperança. Como os rios, nos entrelaçamos, como as nuvens, nos juntamos velozes, como os pássaros anunciamos novos tempos. De todas as partes da Amazônia, soam mais alto as nossas vozes, toma forma o nosso grito e nossa dor se transformam em força ativa. Sabemos que a Amazônia é o coração do mundo. A batalha para salvar a floresta é uma luta de toda a Humanidade. Aqui se decide o destino da vida na Terra. Por isto estamos na praça. Para denunciar o governo que protege os criminosos, que desmantela os órgãos de proteção dos povos e da Natureza, que abre territórios sagrados para o fundamentalismo e o narcotráfico. Estamos aqui para dizer que nós, mulheres e homens da Amazônia defenderemos nossas terras, nossos corpos e nossos sonhos.

Que saibamos responder a estas expectativas renovando sempre nosso compromisso ético-político com as causas dos oprimidos!

Muito obrigada e sigamos na esperança que luta que é diferente da esperança que espera!!!

Referências

X FOSPA. Declaração Panamazônica de Belém: documento final do X Fórum Social Panamazônico. 2022. Disponível em https://www.fospabelem.com.br/pt_br. Acesso em 07 de novembro de 2022.

CNDE. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Carta Compromisso eleições 2022. Disponível em: <https://campanha.org.br/cartacompromisso>. Acesso em 08/11/2022.

Comisión Amazonica de Desarrollo y Medio Ambiente. Editorial Oveja Negra, 1994. 2ª ed. Disponível em <https://www.amazonia.bo/administrador/imgnoticia/mitos.pdf>. Acesso em 07/11/2022.

FANON, Frantz. Peau noire, masques blancs (Pele negra, máscaras brancas). Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, 2008.

LEAL, Oscar. Viagem a um país de selvagens. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. IPDRS / CIDES - UMSA, 2018

RAISG, 2020. Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. Amazônia sob pressão / realização RAISG; [tradução Nina Jacomini]. 1. ed. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental, 2021.

SOBRE A CONFERENCISTA

Lúcia Isabel da Conceição Silva. Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Instituto de Ciências da Educação da UFPA. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. Educadora popular. Líder do Grupo de pesquisas sobre adolescência e juventude e fatores de vulnerabilidade e proteção (GEPJUV/UFPA). Diretora Regional Norte da Associação Nacional Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude Brasileira (REDEJUBRA) e membro do Comitê Pará da Campanha Nacional pelo direito à educação – Contribuição de autoria: Autoria do texto. <https://lattes.cnpq.br/5758168217659420>.

Como citar este artigo

SILVA, Lúcia Isabel da Conceição. Educação na Amazônia com justiça social e garantia do direito à educação. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 1, e11557, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v1.11557>